

Saúde cobra das empresas

HUGO MARQUES

A Fundação Hospitalar do Distrito Federal (FHDF) vai cobrar das empresas particulares de assistência médica todos os serviços que os hospitais públicos prestam a seus conveniados. Serão chamadas, entre outras, Golden Cross, Amil e Unimed. Estas empresas aceitam um acordo, mas algumas colocam restrições. A Associação Brasileira de Medicina de Grupo (Abrange), no entanto, acha que existe pouco atendimento de hospitais públicos a pacientes/conveniados.

Pelos cálculos da FHDF, mais de 30% dos pacientes que procuram os hospitais públicos têm convênio com empresas particulares de assistência médica. "E estas empresas recebem por serviços que os hospitais particulares nem sempre acabam prestando à população, tais como politraumatizados e emergências de vários tipos. Os pacientes acabam lotando os hospitais do governo", diz.

O subprocurador-Geral do Distrito Federal, Raimundo Bandeira da Rocha, que atualmente responde pela Procuradoria da FHDF. Ele afirmou que vai "convidar" todas as empresas de assistência médica para que paguem aos hospitais públicos os serviços que prestam a conveniados. Nós atendemos as populações do DF, Norte e Nordeste e ainda os conveniados", disse.

Ele acredita que estas empresas tenham um "superlucro" com os recursos que deixam de ser repassados aos hospitais públicos. Caso estas empresas não queiram entrar num acordo de cavalheiros, diz o procurador, a Fundação Hospitalar vai tomar as "providências cabíveis" junto ao Ministério Público.

Reações — Uma das poucas em-

presas de assistência médica que não coloca restrições a um acordo de cavalheiros com a Fundação Hospitalar é a Golden Cross. O gerente regional da empresa, Rui Siqueira Nunes, disse que estará representando a Golden assim que for convocada a reunião. "Nós vamos ouvir todas as propostas da Fundação, pois sempre foi interesse da Golden Cross dar apoio também aos hospitais públicos", afirmou Rui Siqueira.

Mas o superintendente da Amil no Distrito Federal, Elídio Soares, apesar de aceitar uma negociação com o governo local, entende que as empresas de assistência à saúde também teriam de receber os recursos por serviços que caberiam ao governo prestar, por serem "constitucionais". Ele cita os serviços de emergência, que muitas vezes estas empresas fazem até por posicionamentos éticos.

Deterioração — O presidente da Associação Brasileira de Medicina em Grupo (Abrange), Arlindo de Almeida, afirmou ontem que não tem conhecimento de que os hospitais públicos atendam número significativo de pacientes que possuem convênios. Também afirmou que as empresas de saúde acabam atendendo muitos pacientes sem convênio. "Não existe omissão de socorro e não temos conhecimento de que o fato ocorra (hospitais públicos atenderem grande número de conveniados)", disse.

Ele afirmou que o sistema público de saúde está tão "deteriorado" que pouca gente procura os hospitais do governo em busca de atendimento médico adequado. Deixou claro que a Abrange é contra repasses de dinheiro ao governo.

assistência a conveniado